

O pensamento político de Maquiavel

Antonio de Freitas Júnior

Sumário

1. Introdução. 2. A busca da *verità effettuale*. 3. A natureza humana para Maquiavel. 4. Predestinação e livre arbítrio. 5. Os fins justificam os meios? 6. Conclusão.

“O destino determinou que eu não saiba discutir sobre a seda, nem sobre a lã; tampouco sobre questões de lucro ou de perda. Minha missão é falar sobre o Estado. Será preciso submeter-me à promessa de emudecer, ou terei que falar sobre ele”.

Carta de Maquiavel a Francesco Vettori, Embaixador florentino em Roma, em 1513.

1. Introdução

Quando o florentino Niccolò di Bernardo Machiavelli nasceu, em maio de 1469, sua Itália estava desfigurada. Dividida e dominada por potências estrangeiras, a Itália não existia como Estado nacional. Como uma colcha de retalhos, estava dividida em verdadeiros feudos dominados pelo Papa, pelos Médicis, pelos Aragão e invadida por Carlos VIII da França.

Crescendo nesse universo, o jovem Maquiavel tinha um sonho. O sonho de um dia ver sua Itália unificada, sob um governo forte, capaz de pacificar as dissensões existentes e sufocar a ambição dos aproveitadores de plantão, que, movendo-se tão-somente à custa dos próprios interesses, lançavam suas regiões em alianças com potências es-

Antonio de Freitas Júnior é Doutor em Direito pela Universidade de Valência, Espanha. Procurador Federal, Brasil. Assessor Jurídico da Presidência da República, Brasil. Professor da Faculdade NOVAFAPI. Pesquisador do Instituto *Intercultural para la Autogestión y la Acción Comunal – INAUCO*, Espanha, e do *Instituto de Iberoamérica y el Mediterráneo – IBEM*, Espanha.

trangeiras contra outras cidades e regiões dentro da península itálica.

Apesar de não possuir uma família nobre ou rica, Maquiavel recebeu uma excelente educação clássica e, na infância, já dominava a retórica greco-romana, bem como redigia em latim.

Como era de se esperar, Maquiavel ocupou postos de destaque em Florença, mas com a vitória dos Médicis, em 1512, foi forçado a abandonar seu cargo, além de ser preso e torturado. Durante esse exílio político, Maquiavel escreve suas principais obras políticas: *O Príncipe*, entre 1512 e 1513; *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, entre 1513 e 1519; *A arte da guerra*, entre 1519 a 1520. Escreve, ainda, a comédia *A Mandrágora* e a biografia de Castruccio Castracani, além de ensaios literários e poesias. Sua última obra foi *História de Florença*, escrita entre 1520 e 1525. Maquiavel falece em 1527.

Entretanto, o nome Maquiavel desperta até hoje uma idéia que supera os muros estritamente acadêmicos e invade o imaginário coletivo. Derivações de seu nome existem e são usadas com frequência nos meios de comunicação, como se depreende das expressões *maquiavélico* e *maquiavelismo*, ambas de significado bastante pejorativo.

Norberto Bobbio (1995, p. 738), em seu Dicionário de Política, interpreta o verbete *maquiavelismo* como:

“É uma expressão usada especialmente na linguagem ordinária para indicar um modo de agir, na vida política ou em qualquer outro setor da vida social, falso e sem escrúpulos, implicando o uso da fraude e do engano, mais que da violência. ‘Maquiavélico’ é considerado, em particular, aquele que quer se mostrar como homem que inspira sua conduta ou determinados atos por princípios morais e altruísmo, quando, na realidade, persegue fins egoísticos. Esta expressão constitui, portanto, na linguagem ordinária, uma prova da reação que a doutrina de Maquiavel suscitou e con-

tinua suscitando na consciência popular, e da tendência que considera essa doutrina como imoral.

Esta expressão, além disso, pode ser usada também em sentido técnico, para indicar a doutrina de Maquiavel ou, mais genericamente, a tradição de pensamento baseada no conceito de Razão de Estado”.

Mas, quais foram os fatores que determinaram a associação do nome do pensador florentino a termos e expressões ligados a pensamentos tão mesquinhos e pejorativos? Por que a expressão *maquiavelismo* está associada à idéia de velhacaria, traição, astúcia, perfídia, falta de escrúpulos e imoralidade?

Muitos foram os fatores que ajudaram a popularizar a associação do nome de Maquiavel e suas acepções com tais idéias. A mais importante, nos parece, surgiu no momento em que sua principal obra, *O Príncipe*, foi condenada pela Igreja Católica. A obra foi publicada pela primeira vez em 1531, portanto após a morte de Maquiavel, com autorização do Papa Clemente VIII. Posteriormente, a Igreja Católica julgou-a “escrita pela mão do diabo” e, em 1557, o Papa Paulo IV denunciou o autor como “impuro e celerrado”, culminando com sua colocação no *Index*, pelo Concílio de Trento.

Na época da Reforma Protestante, os jesuítas imputaram a alcunha de “discípulos de Maquiavel” aos protestantes, tamanha era a antipatia da Igreja Católica para com o pensador florentino.

Ademais, o popular dramaturgo William Shakespeare, na época vitoriana, chamou Maquiavel de “The Murderous” e identificou-o com o diabo ao denominá-lo “old Nick”, entre outros dramaturgos como Marlowe. Na lição de Claude Lefort, citada por Maria Tereza Sadek (1996, p.13-14):

“... o maquiavelismo serve a todos os ódios, metamorfoseia-se de acordo com os acontecimentos, já que pode ser apropriado por todos os envolvidos em disputa. É uma forma de des-

qualificar o inimigo, apresentando-o sempre como a encarnação do mal”.

Assim, independentemente do conhecimento da obra do pensador florentino, seu nome e as variações dele são utilizados das mais variadas maneiras, sempre de forma pejorativa e relacionada à encarnação do mal, como leciona Claude Lefort (apud SADEK, 1996).

No Brasil, basta mencionar o destaque feito por Machado Paupério (1983, p. 92-93) em seus comentários sobre *O Príncipe*:

“O livro, porém, fez rápida fortuna e influenciou desde então não pequeno número de ‘líderes’ políticos. Napoleão, que assolou o século XIX, apareceu a muitos como a melhor realização do príncipe, segundo Maquiavel.

E Mussolini, num auto-elogio em que focaliza o florentino, escrito em 1924 (Prelúdio a Maquiavel), encontra no fascismo raízes maquiavélicas, afirmando estar no presente o maquiavelismo mais vivo que na época de seu aparecimento.

Mas qual é, afinal, o retrato do príncipe esboçado por Maquiavel?

O retrato do cinismo pragmático, por excelência, do governante”.

Em oposição a essa idéia, bastante difundida, surge em defesa de Maquiavel nomes da estatura de Rosseau, Spinoza e Hegel, que o consideram como o grande pensador da liberdade, pois, enquanto lecionava aos tiranos, na verdade Maquiavel ensinava ao povo a melhor maneira de não perder a liberdade.

Vilão ou herói, o certo é que com *O Príncipe* Maquiavel funda a Ciência Política e cria o emprego moderno do termo “Estado”, “universalmente consagrada pela terminologia dos tempos modernos e da idade contemporânea” (BONAVIDES, 1995, p. 62), “para indicar o que os gregos tinham chamado de *polis*, os romanos de *res publica*, e que um grande pensador político, o francês Jean Bodin, meio século depois de Maquiavel, chamará de *république*” (BOBBIO, 1994a, p. 81).

Afastando as idéias teocráticas de criação do Estado, bem como representando o Estado e o Poder como objetos da criação humana, Maquiavel demonstrou que a política é um objeto humano. Portanto, passível de manipulação e cálculo. Seu pensamento político, assim explicitado, representa a gênese da idéia do Estado nacional.

Nesse sentido, a lição de G.D.H. Cole (1987, p. 19-20) sintetiza as análises posteriores feitas sobre as idéias de Maquiavel a respeito de seu possível cinismo, bem como das sementes lançadas para a criação do Estado nacional:

“El buscaba al pensamiento y a la acción políticas una base realista en los hechos de la conducta humana más que en las Escrituras o en principios morales apriorísticos. Si el resultado de ello fue un tanto cínico, se debe a que el autor de El Príncipe, siendo lo bastante fuerte para romper los ligámenes del pensamiento universal de su época, no fue lo bastante eficaz para encontrar en su mente un nuevo sistema de principios positivos. (...)”

El Príncipe, de Maquiavelo, inistiendo en la idea del nacionalismo y abriendo perspectivas ilimitadas al poder secular, vino a ser manual secreto de los monarcas ambiciosos que se lanzaron a construir fuertes estados nacionales sobre las ruinas del imperio universal y de la iglesia universal”.

2. A busca da veritã effettuale

Rompendo com a tradição Antiga e Medieval que imaginava um Estado ideal toda vez que se falava sobre o Estado, Maquiavel escreveu sobre o Estado real. Seguindo os métodos de interpretação histórica desenvolvidos por Políbio e outros historiadores antigos, Maquiavel interpreta a realidade das coisas e não busca imaginar reinos fictícios. Destarte, a história é, para Maquiavel, o verdadeiro livro da vida, no qual o homem, verificando e conhecendo o passado, deve tirar as lições necessárias para prever o futuro de cada Es-

tado, bem como os sintomas e remédios eficazes, pois basta verificar sua eficácia, para as perturbações da ordem instalada.

A essa busca da realidade e não da ficção Maquiavel denominou busca pela *verità effettuale*, ou seja, a verdade efetiva do mundo. Por utilizar-se dessa metodologia, alguns críticos já o compararam com Galileu Galilei, que também se utilizou de semelhante metodologia nas ciências físicas.

Maquiavel, partindo da busca da *verità effettuale*, descobre os fatores transitórios e circunstanciais que existem nas diversas ordens estatais. E cria uma verdadeira “charada” para seus leitores e intérpretes. Toda vez que se lê Maquiavel, pensa-se algo diferente. O enigma maquiavélico é explicado por Maria Tereza Sadek (1996, p. 18-19) nas seguintes palavras:

“Tem-se sempre a sensação de que é necessário ler, reler, e voltar a ler a obra e que são infundáveis as suas possibilidades de formalização. Sua armadilha é atraente – fala do ‘poder’ que todos sentem, mas não conhecem. Porém, para conhecê-lo é preciso suportar a idéia da incerteza, da contingência, de que nada é estável e que o espaço da política se constitui e é regido por mecanismos distintos dos que norteiam a vida privada. E mais ainda: o mundo da política não leva ao céu, mas sua ausência é o pior dos infernos. Por outro lado, a forma que usa para expor suas idéias exige atenção. Não só porque recoloca e problematiza velhos temas, mas sobretudo porque discute-os incessantemente, obrigando o leitor a pôr sempre em xeque a primeira compreensão. Por isso, qualquer tentativa de sistematizar os escritos de Maquiavel é sempre provisória e sujeita a novas interpretações. Vale assim, para os seus escritos, a mesma metodologia que usava para ler a realidade e, afinal, de há muito sua obra deixou de ser apenas uma referência de erudição ilustrada.

Pelo que significa e tem significado nas práticas históricas é ela própria simultaneamente um monumento e um instrumento político, retornando sempre como um enigma complexo que só pode ser decifrado pela análise de sua presença concreta e sua ‘*verità effettuale*’”.

3. A natureza humana para Maquiavel

Contrariamente ao pensamento de Rousseau e Hobbes, a natureza humana, para Maquiavel, não significa necessariamente o bem. Para Maquiavel (1997, p. 107), os homens são geralmente “... ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, covardes e gananciosos de ganhos”.

Analisando a história, Maquiavel extrai essas características da natureza humana, elementos da mais pura malignidade, e considera-os imutáveis. As paixões humanas geradas por tais características da sua natureza má os empurram para a discórdia e a anarquia. Daí concluir que o poder político deriva da pior parte da natureza humana, ou seja, de sua parte malévola.

Assim, além de uma filosofia da história, Maquiavel se utiliza de uma segunda ferramenta na construção de seu pensamento político: a psicologia humana.

É no estudo da história, aliado ao contato com os poderosos de seu tempo, que Maquiavel forma sua compreensão da psicologia humana, sintetizada na afirmação de que os homens são egoístas e ambiciosos e de que somente a lei poderia bloquear suas paixões.

Destarte, o governante que desejasse êxito deveria aliar o conhecimento da história à compreensão da natureza humana, pois, dessa maneira, conseguiria adiantar-se aos acontecimentos futuros e estaria melhor preparado para enfrentá-los.

4. Predestinação e livre arbítrio

Maquiavel acreditava que atividade política era algo dessacralizado, livre de dog-

mas e crenças na predestinação da vida humana. Para aqueles que acreditavam nessas idéias, o homem era mero brinquedo nas mãos do destino, ou seja, nas mãos de Deus. O destino seria traçado pela providência divina, cabendo ao homem ser uma mera vítima impotente desse destino divino.

Concordando em parte com tais idéias, Maquiavel imagina o homem político como senhor de, pelo menos, metade de seu destino, posto que agiria guiado exclusivamente pelo seu livre arbítrio. Maquiavel, assim, liberta o homem da passividade diante de seu destino, mostrando-lhe a possibilidade de interferir na história e no seu futuro.

Maquiavel denominou *fortuna* a metade da vida humana que não pode ser controlada pelo homem. E identificou-a não a algo terrível, mas a uma bondosa deusa, possuidora da honra, da riqueza, da glória, do poder, ou seja, possuidora de todos aqueles bens aos quais os homens naturalmente almejam. Destarte, por ser mulher, a *fortuna* precisava ser seduzida, e, para tanto, bastaria que se apresentasse um homem de virilidade e coragem inquestionáveis. Um homem possuidor de *virtù*. O homem de *virtù* é capaz de seduzir a deusa *fortuna*, porque sabe o momento exato, criado por esta, para agir com sucesso.

Assim, para Maquiavel (1997, p. 158-159), somente o homem de *virtù* poderá seduzir a *fortuna*:

“Acredito que é melhor ser impetuoso do que cauteloso, pois a sorte é uma mulher, sendo necessário, para dominá-la, empregar a força; pode-se ver que ela se deixa vencer pelos que ousam, e não pelos que agem friamente. Como mulher, é sempre amiga dos jovens – mais bravos, menos cuidadosos, prontos a dominá-la com maior audácia”.

Portanto, a combinação do modo de agir com as sutilezas de cada momento seria a chave da felicidade humana para Maquiavel, como leciona Carlos Estevam Martins (1996, p. 16-17):

“O necessário é manter-se à frente dos acontecimentos, procurando imprimir-lhes rumo e alternativas, dado que a ‘fortuna’ é um rio impetuoso e os homens devem prevenir-se com a edificação de diques e barragens. A vontade criadora não passa, assim, de um método para a ação, pois o agir humano está condicionado pela necessidade.

O carisma da ‘virtù’ é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, apreende-lhe o sentido e se capacita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias”.

5. Os fins justificam os meios?

Uma das comprovações categóricas da imoralidade e falta de escrúpulos do pensamento maquiavélico, bastante usual, constitui-se na afirmação de que “os fins justificam os meios”. Entretanto, para a maioria dos não leitores de Maquiavel, que se utilizam dessa afirmação para criticá-lo, o desconhecimento do real contexto em que foi prolatada tal sentença não os exime de erro. Maquiavel (1998, p. 93) afirmou categoricamente na obra *O Príncipe*: “Na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recursos, os fins justificam os meios”.

É necessário não esquecer o contexto da península itálica na época de Maquiavel e seu sonho de vê-la unificada e livre das potências estrangeiras que a dominavam e exploravam as divergências internas.

Diante dessa afirmação, para Maquiavel (1998), ao príncipe que unificasse a península itálica tudo seria permitido, pois, para a criação e manutenção do Estado, os homens o isentariam de toda a culpa pelo uso dos meios mais absurdos e condenáveis do ponto de vista moral e ético cristão. A política possui, destarte, uma lógica e ética próprias, e o príncipe, na execução do seu projeto de criação e manutenção do Estado, estaria utilizando-as na construção da “razão de Estado”.

Ademais, ao apelar ao príncipe para que este se exponha pessoalmente nos momentos de perigo, bem como no conselho para que aquele não se apoiasse nos poderosos, mas diretamente no povo, demonstra uma postura ética que em momento algum é considerada pelos críticos de Maquiavel.

Para Maquiavel (1998), o Estado, por intermédio do príncipe, possuía razões que justificavam suas ações, de uma maneira totalmente diferente daquelas que justificam as ações humanas, baseadas que são em princípios cristãos éticos e morais, pelo menos no mundo Ocidental.

Com sua afirmação de que “os fins justificam os meios”, Maquiavel (1998) separa a Política da Moral, da Ética, do Direito e da teologia, criando uma nova ciência, tal qual Hans Kelsen procurou fazer com o Direito, ao desenvolver sua Teoria Pura do Direito.

6. Conclusão

O pensamento de Maquiavel ainda não se encontra sedimentado na cultura política, e muito se deve às interpretações diversas que sua obra suscitou. Em nossos dias, tem-se procurado interpretar seus escritos não apenas do ponto de vista ideológico, mas pelo referencial que tanto a extrema direita, representada pelo fascismo de Mussolini, quanto a esquerda, pelo pensamento marxista de Antonio Gramsci, defendem algumas idéias de Maquiavel. Mussolini o transforma em um precursor do fascismo, enquanto Gramsci relaciona o príncipe com o partido proletário do Estado moderno.

O certo é que, partindo de sua experiência prática da política, Maquiavel construiu uma teoria política que se encontra superior aos termos *maquiavelismo* e *maquiavélico*. Seu resgate, ainda que no século XVIII, feito pelos pensadores iluministas, que defendiam a existência de uma unidade em sua obra, mostraram a existência de um Maquiavel amante da liberdade e não apenas o mestre dos regimes absolutistas.

Suas idéias de unificação da península itálica foram lembradas quando do *Risorgimento*, no século XIX, e Maquiavel foi considerado um verdadeiro herói nacional, em reconhecimento pelas suas idéias precursoras.

Considerado o primeiro cientista político empírico, por seus métodos de estudo, atendo-se à realidade para construir sua teoria, é considerado o Galileu Galilei das Ciências Sociais.

Assim, Maquiavel, atualmente, é um herói da independência italiana, bem como um amante da liberdade, pois, ao escrever um guia para tiranos, mostrou a verdadeira natureza da tirania e ensinou o povo a amar a liberdade.

Referências

- AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989a.
- _____. *Teoria geral do estado*. 26. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989b.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 7. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994a.
- _____. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994b.
- _____. *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- BONDANELLA, Peter; MUSA, Mark. *The portable machiavelli*. London: Penguin Books, 1979.
- COLOMER, Antonio. *Constitución, estado y democracia en el umbral del siglo XXI*. Valencia: Nomos, 1995.
- GUNNEL, JOHN G. *Teoria política*. Tradução de Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.
- HOWARD COLE, G. D. *La organización política: doctrinas y formas*. Tradução de Alfonso Reyes. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 2. ed. Tradução de José Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. *O príncipe*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: M. Claret, 1998.

- MARTINS, Carlos Estevam. *Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Os Pensadores).
- NADER, Paulo. *Filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- PAUPÉRIO, Artur Machado. *Teoria geral do estado*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- SADEK, Maria Tereza. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù*. São Paulo: Ática, 1996. (Os clássicos da política).
- WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1996. 1 v.
- XAVIER, Livio. *Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).